

A EMERGÊNCIA DA CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL: aspectos institucionais*

Maria Cecília Spina Forjaz

Introdução

A intenção deste artigo não é abranger globalmente a constituição da Ciência Política como disciplina acadêmica no Brasil, mas focalizar a atenção no grupo geracional e regional (incluindo instituições) que denomino grupo mineiro/carioca.

Essa seleção exclui importantes cientistas políticos, assim como cientistas sociais de outras regiões e períodos históricos. A exclusão não minimiza a importância da contribuição desses pensadores à Ciência Política brasileira, mas qualifica deliberadamente o grupo focalizado como ator privilegiado da autonomização do conhecimento científico da política em relação a outros ramos das ciências sociais brasileiras.

As instituições que considero pioneiras nesse processo de constituição da Ciência Política como disciplina autônoma são o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro

(Iuperj) e o Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (DCP-UFMG), liderados respectivamente por Wanderley Guilherme dos Santos e Fábio Wanderley Reis. Foi intenso o intercâmbio de intelectuais e de idéias entre elas, principalmente no sentido Minas — Rio. Um número respeitável de intelectuais mineiros emigraram para o Iuperj, dentre os quais Bolivar Lamounier, Simon Schwartzman, Amaury de Souza, Edmundo Campos Coelho, Olavo Brasil de Lima Júnior, Renato Boschi e José Murilo de Carvalho.

O relativo atraso da institucionalização e profissionalização da Ciência Política não é fenômeno apenas brasileiro, mas pretendemos aqui deslindar as especificidades desse fato no âmbito nacional. E tratando-se de estudar a emergência das ciências sociais num país subdesenvolvido, nunca é demais frisar sua subordinação aos eventos, instituições e lideranças intelectuais dos centros produtores do "Primeiro Mundo". A constituição da Ciência Política acadêmica no Brasil está estreitamente vinculada à influência estrangeira,

especialmente à norte-americana, que nutriu e formou a maioria dos integrantes dessa geração.

A inspiração nas fontes teóricas da Ciência Política americana, de resto uma das mais precoces e desenvolvidas, marcou profundamente esse grupo de pesquisadores e os distinguiu dos fundadores da Sociologia brasileira, eminentemente formados na tradição européia, especialmente francesa e alemã. Origens intelectuais tão diversas e a hegemonia político-cultural americana no pós-64 tornaram esse processo bastante conflituoso, como pretendemos esclarecer ao longo do trabalho.

Além da diversidade teórica que os caracterizou, esse conjunto de cientistas teve que enfrentar um campo intelectual reduzido e totalmente dominado pela Escola Sociológica Paulista. A hegemonia e o caráter fechado da Universidade de São Paulo tornaram extremamente competitivo o processo de afirmação desses cientistas sociais, tendo produzido um debate intelectual bastante agressivo.

O artigo focaliza especialmente os aspectos institucionais do processo de delimitação de um território próprio da Ciência Política no Brasil, sem empreender uma análise teórica da obra produzida por esse grupo de pesquisadores, passo seguinte e necessário para a completa elucidação dos argumentos aqui desenvolvidos.

As instituições e os produtores: a construção disciplinar da Ciência Política

O processo de institucionalização, profissionalização, definição disciplinar e constituição de um elenco respeitável de produtos de Ciência Política, assim como a afirmação de paradigmas teóricos próprios e a autonomização em relação a ramos mais antigos e consolidados das ciências sociais, especialmente a Sociologia e o Direito, ocorrem no Brasil ao longo dos últimos 30 anos.

Irmã caçula das ciências sociais, a Ciência Política afirma sua identidade a partir de meados dos anos 60, quando já se constituía no país um sistema de ensino superior ao qual esteve estreitamente vinculado o desenvolvimento intelectual e institucional dessas disciplinas, especialmente no eixo São Paulo — Rio de Janeiro.

Entre 1930 e 1964, no bojo dos processos mais amplos de industrialização e urbanização do país, moldaram-se importantes centros produtores de ciências sociais, dentre os quais exerceram papel de liderança a Escola Sociológica Paulista e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB):

Esse conjunto de transformações afetando o perfil da estrutura social está na raiz de uma gama extensa e complexa de iniciativas institucionais nas áreas de ensino e produção cultural que, por sua vez, vão contribuir decisivamente, a médio prazo, para a cristalização de um amplo setor terciário intelectual, nucleado em torno da organização universitária e tendo como principal frente de operações a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. [...] Ao contrário do que se passou em Minas Gerais por exemplo, onde as disciplinas jurídicas e econômicas constituíam o cerne da formação acadêmica em ciências sociais, o currículo da faculdade paulista se nutria de uma alentada formação filosófica sobre a qual foi se erigindo progressivamente o predomínio intelectual da disciplina sociológica convertida em núcleo dinâmico da produção acadêmica em ciências sociais nesse período. [...] O próprio insucesso dos principais empreendimentos universitários na então capital federal (a começar pela Universidade do Distrito Federal) deveu-se em ampla medida à ingerência política das autoridades governamentais e, por outro lado, aos obstáculos de toda ordem impostos pelo exercício do controle confessional católico. A maioria das iniciativas bem-sucedidas no Rio de Janeiro ganhou impulso institucional sob a proteção de lideranças e círculos governamentais influentes. (Miceli, 1989, pp. 14-15)¹

Sociologia acadêmica em São Paulo, marcada fortemente pela influência francesa que, graças à hegemonia durkheimiana até os anos 30, se notabilizou pela debilidade

da área de política; predomínio de uma ciência social de cunho ideológico e militante intervencionista no Rio de Janeiro, são alguns dos fatores que explicam a constituição tardia de um perfil disciplinar autônomo para a Ciência Política no Brasil. O que estamos querendo demonstrar é que a própria forma em que se estruturou o campo das ciências sociais no Brasil não deixou muito espaço, nessa etapa inicial, para o florescimento da reflexão política de cunho acadêmico.

Predomínio de um determinado tipo de sociologia européia de um lado, e da "política aplicada", digamos assim, de outro. Tanto do ponto de vista dos modelos teóricos que influenciaram a Escola Sociológica Paulista, quanto do formato institucional que foi montado, não havia nessa fase condições que permitissem a emergência da autonomia da política como objeto de investigação científica. As relações intelectuais entre a geração que mais tarde impulsionaria os estudos políticos e a Escola Sociológica Paulista serão abordadas mais adiante.

Porém, esse atraso relativo da constituição da política como disciplina científica não é específico do caso brasileiro, mas, ao contrário, marca a trajetória desse ramo do conhecimento nos principais centros produtores:

Como os fenômenos políticos interessam a muitas disciplinas, essa ambigüidade redundava num sério inconveniente. Isso é particularmente óbvio na Europa, onde muitos estudiosos compartilham do ponto de vista de Maurice Duverger de que, "de modo geral, os dois rótulos (sociologia política e ciência política) são sinônimos". Esse ponto de vista é muito conveniente e predomina, sobretudo, entre os sociólogos europeus ávidos de expansão em detrimento dos cientistas políticos; por esse motivo, explica em boa parte o persistente atraso da Ciência Política na Europa. (Sartori, 1972, pp. 106-107)

O texto citado foi redigido no final dos anos 60, por ocasião da preparação do encontro de 1967 da American Political Science Association, e o objetivo mais geral desse e outros artigos reunidos mais tarde em livro era exatamente avaliar o estado das relações entre a Ciência Política e as demais

ciências sociais. Mesmo nos Estados Unidos, onde o desenvolvimento acadêmico da Ciência Política foi mais intenso e precoce, esse processo significou uma longa batalha intelectual de construção de identidade disciplinar.² Tal como no Brasil, durante muito tempo a política foi encarada naquele país como um "ramo" da ciência-mãe, da ciência síntese, a Sociologia. Tratava-se, então, de afirmar a independência da Ciência Política num ambiente intelectual em que ainda eram vigorosas as correntes de cientistas sociais tendentes a encarar a política como uma seção da Sociologia, ou da Economia.

A análise comparativa do desenvolvimento da Ciência Política permite constatar que as décadas de 60 e 70 foram extremamente favoráveis ao florescimento dessa disciplina tanto na América Latina quanto em alguns países europeus carentes de institucionalização científica na área.³

A decolagem do processo de institucionalização da Ciência Política no país nos anos 60 está vinculada à constituição de um sistema de pós-graduação na Universidade brasileira, por um lado, e à montagem de agências de fomento vinculadas a um sistema nacional de desenvolvimento científico e tecnológico, crescentemente vinculado às políticas de planejamento e desenvolvimento econômico, por outro.

As grandes agências governamentais, principalmente CNPq, Finep, CAPES e FAPESP, passam a carrear recursos orçamentários para financiar a pesquisa científica, que antes dependia apenas das verbas do Estado destinadas à Educação. Em outros termos, "queremos dizer que houve uma duplicação dos locais, dentro do aparelho do Estado, de onde fluem recursos para a pesquisa científica. No entanto, se houve uma ampliação das fontes de recursos financeiros, passou a existir um novo centro de poder sobre a pesquisa científica: as agências de fomento, que são independentes do sistema educacional." (Forjaz, 1989a, p. 72).

A "maioridade" intelectual das ciências sociais em geral, e da Ciência Política em particular, foi sendo conquistada aos poucos no interior dessas agências, à medida que ampliava

e se profissionalizava cada vez mais a comunidade de cientistas sociais. Mas, é só a partir de meados dos anos 70 que se configura plenamente o reconhecimento das ciências humanas nos organismos financiadores da ciência brasileira.

O sistema nacional de pós-graduação implantado pela Reforma Universitária de 1968 ampliou enormemente o mercado de docentes universitários, pesquisadores, bolsas de estudo, bibliotecas, laboratórios e todos os outros aparatos necessários ao desenvolvimento científico num leque bastante diversificado de áreas do conhecimento, expansão com a qual as ciências sociais em geral, e a Ciência Política em particular, também foram beneficiadas.

Embora não fossem o alvo específico do impulso modernizador propiciado pelo regime autoritário, e tenham sofrido profundas perdas com a repressão, as ciências humanas também foram caudatárias de um processo mais geral de expansão da pesquisa científica e da indústria cultural no país:

Durante muito tempo pensamos a existência do regime militar como uma excrescência frontalmente antagônica à sociedade que o gerou. Nos deixamos assim impressionar pelos atos repressivos, esquecendo-se que foi esta a via encontrada para o capitalismo mais avançado se implementar no Brasil. Olhando com maior cuidado, percebemos que entre 1964-1980, a contradição entre censura e cultura não era na verdade estrutural, mas conjuntural, e se definia em termos táticos. O ato censor não se caracterizava exclusivamente pelo veto; atuava como repressão seletiva que impossibilitava o florescimento de determinados pensamentos ou de obras artísticas. São censuradas as peças teatrais, os filmes, os livros, mas não o teatro, o cinema ou a indústria editorial, que cresceram vertiginosamente nesse período. O Estado repressor é também incentivador de uma política cultural: Embratel (1965), Conselho Federal de Cultura (1966), Instituto Nacional de Cinema (1966), Embrafilme (1969), Funarte (1975), Concine (1976), Fundação Pró-Memória (1979). Algo semelhante se passa com a Universidade. Paralelamente às cassações, temos o desenvolvimento da

Pós-Graduação, resultado de uma política deliberada dos governos militares. (Ortiz, s/d., pp. 18-19)

Na mesma linha de raciocínio, escrevemos o seguinte:

Se o regime militar, por um lado, golpeou e reprimiu setores da comunidade científica e acadêmica mais ativamente oposicionistas, por outro lado, possibilitou a ampliação de uma rede de instituições ligadas à Ciência e Tecnologia nas quais diversos grupos de cientistas sociais conseguiram se insinuar. Além disso, é preciso considerar que o movimento de 64 não constitui um bloco monolítico e que ao longo do regime autoritário diferentes facções militares detiveram a hegemonia. Se no período de 1969 a 1974 predominaram os grupos de "linha dura", com perspectivas nitidamente repressivas (é a fase de grande desenvolvimento da comunidade de informações e segurança), a partir do governo Geisel e do processo de abertura política aumentou a influência dos militares sorbonistas. Esse "partido militar", mais intelectualizado e mais comprometido com a modernização do país, manifestou posturas favoráveis ao desenvolvimento científico e conviveu de forma menos conflitiva com a comunidade científica brasileira. Foi nesses espaços institucionais abertos pelo regime que a crescente comunidade de cientistas sociais (enormemente ampliada com o desenvolvimento da pós-graduação a partir de 1968) inseriu-se e conquistou posições. (Forjaz, 1989a, p. 82)

Mas além desses fatores internos que possibilitaram a emergência de uma Ciência Política acadêmica a partir de meados dos anos 60, foram fundamentais os investimentos feitos por agências internacionais, dentre as quais se destaca a Fundação Ford, que foi, e em alguns casos continua sendo, o esteio financeiro essencial de alguns dos principais empreendimentos na área: o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, o Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, o Cebrap, o Cedec e o Idesp:

Na segunda metade dos anos 60, o envolvimento norteamericano na guerra do Vietnã havia alterado drasticamente as condições de oferta e sobretudo de recepção da chamada

"ajuda internacional" prestada por agências governamentais e privadas norte-americanas. [...] a Ford modificou sua atitude em relação às disciplinas não-econômicas em ciências sociais (a saber, sociologia, ciência política e antropologia) como parte de toda uma reelaboração do diagnóstico que seus dirigentes e técnicos possuíam acerca do processo de desenvolvimento. Juntando-se a isso a postura inequivocamente favorável às ciências sociais por parte dos responsáveis à frente do escritório latino-americano e sua receptividade aos pleitos e formulações das lideranças locais, entende-se por que razões a Ford acabou fixando novas prioridades em termos de atendimento. (Miceli, 1990, pp. 24-25)

A atuação da Fundação Ford foi fator fundamental na implantação de uma Ciência Política de orientação norte-americana. Propiciando bolsas de estudo para os centros de excelência em Ciência Política nos Estados Unidos ou promovendo a vinda de professores americanos ao Brasil, a Fundação influenciou enormemente a formação de novas elites intelectuais permeáveis aos padrões da produção acadêmica norte-americana. Formar elites e influenciar o *policy-making* no Brasil fez parte da estratégia política da Ford e de outras organizações americanas concatenadas com o projeto mais amplo de hegemonia na América Latina.

A primeira instituição que recebeu recursos da Ford foi o DCP-UFMG, organizado em 1967, que também constituiu o primeiro programa de mestrado em Ciência Política no Brasil. Em seguida vem o Iuperj, que faz o mesmo em 1969, e segue-se a ele o maior montante de recursos aplicado pela Ford numa instituição brasileira, a constituição do Cebrap, no mesmo ano. Uma avaliação quantitativa do montante de recursos aplicados é dada pelo [Quadro 1](#), extraído do livro de Sergio Miceli acima citado.

É óbvio que os interesses dessa e outras agências norte-americanas, públicas ou privadas, estão vinculados a uma política de hegemonia cultural na América Latina, propósitos que se intensificaram claramente depois da Revolução Cubana. Os investimentos feitos possibilitaram a abertura de canais de intercâmbio acadêmico-intelectual

através dos quais os modelos teóricos da ciência social anglo-saxã penetraram um campo intelectual até então dominado por padrões europeus. Mas, pode-se dizer que a Fundação Ford exerceu uma espécie de "imperialismo cultural ilustrado", bastante pluralista, que admitiu e abriu espaços para lideranças intelectuais latino-americanas dos mais variados matizes político-ideológicos. Muitos intelectuais brasileiros punidos pela Revolução de 1964, e em especial várias lideranças intelectuais da emergente Ciência Política nacional, como Fernando Henrique Cardoso, Wanderley Guilherme dos Santos, Bolívar Lamounier, Simon Schwartzman e muitos outros encontraram abrigo no seio de instituições patrocinadas pela Fundação Ford.

A atuação das agências nacionais e internacionais de fomento científico e a moldagem de um sistema nacional de pós-graduação significaram um enorme incremento nas atividades de pesquisa e docência, assim como a diversificação dos espaços institucionais onde a Ciência Política passou a ser praticada:

Na verdade, a Ciência Política brasileira é produzida em três tipos básicos de instituições: os programas de pós-graduação ligados a Universidades públicas e privadas, um programa de pós-graduação privado sem vínculos com o sistema universitário (Iuperj), núcleos de pesquisa universitários e centros de pesquisa privados. [...] a diversidade institucional tem permitido uma variação benéfica de modalidades de trabalho, tipos de pesquisa e estilos de liderança. A maior flexibilidade organizativa permitiu a alguns centros privados e núcleos universitários, no contexto da montagem de projetos de grande escala, acima mencionada, a reunião de profissionais de formação acadêmica diversificada e a exploração de temáticas multidisciplinares, que dificilmente encontram abrigo nos departamentos estruturados ao redor de disciplinas. Na direção oposta, esta mesma flexibilidade possibilitou a reunião, em uma única instituição, de um número significativo de pesquisadores dedicados a uma linha de pesquisa determinada — estudos eleitorais, políticas sociais, movimento operário e sindicalismo etc. —, dando origem a projetos de maior fôlego, em termos de pessoal,

Quadro 1

Maiores dotações da Fundação Ford em favor dos cientistas sociais no Brasil (1970-1988)

Anos de início e encerramento dos convênios	Posição	Instituições	Disciplinas prioritárias	Montante das dotações em US\$
1969-1987	1º	Cebrap - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - São Paulo (única instituição Política a receber <i>endowment</i> de US\$ 750.000 em 1975)	Economia, Demografia, Sociologia e Ciência Política	1.721.200
1967-1989	2º	Iuperj - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro	Ciência Política e Sociologia	1.671.323
1968-1989	3º	Museu Nacional/UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro	Antropologia	1.283.496
1979-1989	4º	Cedec - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - São Paulo	Ciência Política e Sociologia	1.097.079
1978-1989	5º	Anpocs - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais	Antropologia, Sociologia e Ciência Política	922.032
1966-1984	6º	UFMG/DCP - Universidade Federal de MinasGerais/ Departamento de Ciência Política	Ciência Política	860.477
1982-1990	7º	Fundação Carlos Chagas/São Paulo	Estudos sobre mulheres	585.200
1970-1984	8º	UFP/Pimes - Universidade Federal de Pernambuco /Programa Integrado, Mestrado em Economia e Sociologia	Mestrado em Economia e Sociologia	538.782
1972-1988	9º	UnB - Universidade Nacional de Brasília	Antropologia	436.315
1967-1975	10º	UFRGS/Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Ciência Política	422.311
1973-1983		Total		9.538.215 (71%)
		Fundação Ford		1.558.145 (12%)
		Demais dotações	Concursos de bolsas	2.296.749 (17%)
		Total geral/dotações Ford		13.393.109 (100%)

recursos e escopo da investigação. (Almeida, 1989b, pp. 8 e 17-18)

O contexto macro-histórico que cria as oportunidades e os estímulos para a emergência da Ciência Política como campo específico do conhecimento a partir de meados dos anos 60 está vinculado, no nosso entender, a duas ordens de fatores.

Em primeiro lugar, o papel essencial que o Estado assume como condutor do processo de desenvolvimento e modernização da sociedade brasileira. Embora essa seja uma característica tradicional da história brasileira, isso não elimina o fato de que no pós-1964 tenha havido uma acentuação dessa tendência histórica em novos moldes. A necessidade de entender os novos padrões de atuação do Estado, esfera do conhecimento da política, revitaliza e impulsiona a reflexão nessa área. Em outros termos, a dimensão política do pensamento social torna-se mais urgente no bojo de um processo de "modernização conservadora" que maximizou a intervenção estatal. Em artigo publicado no final dos anos 70 já tecíamos algumas considerações sobre esse fenômeno:

[...] e aos poucos a "primazia do Estado", a "preeminência" do Estado, passaram a ser a tônica da produção sociológica e política no Brasil. E é por volta dos anos setenta que esse "estatismo" tornou-se plenamente dominante. Exatamente por essa época, tornou-se moda no Brasil estudar Gramsci, que justamente critica o determinismo econômico e busca a autonomia da esfera do político. Ou então Poulantzas, que também se tornou "estrela" no cenário das ciências sociais "no lado de baixo do Equador". (Forjaz, 1979, p.12)

Num momento em que o paradigma teórico marxista era dominante nas ciências sociais brasileiras, graças à hegemonia intelectual da Escola Sociológica Paulista, as tentativas de explicação sobre os novos papéis do Estado nas sociedades contemporâneas são buscadas inicialmente nos quadros de um arcabouço teórico carente de respostas a essas questões, dadas as fragilidades, ou mesmo inexistência de uma teoria política no interior do marxismo clássico. Daí a proliferação das leituras e interpretações

baseadas em novas correntes do pensamento marxista, como o estruturalismo ou o historicismo de Gramsci.

O fato é que a falência do Estado Liberal, tanto no mundo desenvolvido quanto na periferia capitalista, desafiava a imaginação dos cientistas sociais e atualizava o debate sobre o Estado e sobre a esfera da política em geral. Criticando a abordagem sistêmica de David Easton e reafirmando a relevância e modernidade do conceito de Estado, o cientista político weberiano Simon Schwartzman declara:

Não me parece que a crítica feita por David Easton às dificuldades do conceito de Estado em Poulantzas, e mesmo no marxismo em geral, embora bem-sucedida dentro destes limites, seja suficiente para exorcizá-lo da análise política moderna. A força do conceito de Estado é que ele se refere a um aspecto muito concreto e generalizado das sociedades modernas — o desenvolvimento de grandes e complexas estruturas organizacionais que concentram o poder, tendem a manter o monopólio do uso da força, organizam-se em linhas burocráticas, têm um limite territorial definido, e assim por diante. Além disso, o Estado não é uma simples "função" dentro de um "sistema político", uma vez que, de acordo com suas diferentes histórias, cada sociedade tem seu tipo peculiar e, como diz Nettl, seu grau específico de "estaticidade" (*stateness*). (Schwartzman, 1982a, p. 153)

O autoritarismo, a falência da democracia na periferia capitalista, o "Estado Burocrático-Autoritário", a ascensão dos militares ao poder na América Latina e alguns países europeus provocam a reflexão política e abrem novos espaços e exigências intelectuais para o ramo até então menos desenvolvido das ciências sociais. As explicações predominantemente economicistas ou "sociologizantes" não dão mais conta da nova realidade histórica e é preciso fundar a "autonomia da política".

O segundo fator que nos parece ter privilegiado a emergência de uma abordagem específica da política diz respeito à extrema politização do movimento estudantil no Brasil e na América Latina ao longo dos anos 60, período formativo de uma nova geração de cientistas sociais,

concretamente afetados em suas biografias pela ascensão dos militares ao poder: "A política ganhava prioridade como prática, mas também como 'campo de conhecimento'" (Loyo, 1982, p. 337), diz a cientista política mexicana tentando perceber os caminhos percorridos por essa disciplina no México.

Mais diretamente afetados pela repressão, estudantes e professores de ciências sociais tiveram suas trajetórias truncadas ou alteradas pelo exílio ou pela prisão, cassação, aposentadoria e outras formas de constrangimento. Muitos depoimentos apontam a influência da Revolução de 64 nas carreiras de toda uma geração de cientistas sociais:

A outra coisa importante que aconteceu foi a crise política. O impacto do golpe sobre as escolas e a Universidade. É arriscado o que eu vou dizer, mas me parece que uma das conseqüências importantes, no plano universitário, do golpe de 64 foi precisamente que os centros mais atingidos foram os centros onde se produzia a sociologia. O caso da USP é conhecido. No caso de Minas Gerais, o que é que aconteceu com o golpe de 64? Esse sistema de treinamento de pessoas na graduação com bolsas foi extinto, grande parte dos alunos perderam suas bolsas e, inclusive no final, esse curso de sociologia que existia na Faculdade de Ciências Econômicas, também importante, foi deslocado para a Faculdade de Filosofia, e praticamente o curso desapareceu por um longo período, perdeu substância etc.⁴

Vão no mesmo sentido as declarações de Bolívar Lamounier numa entrevista concedida a Maria Arminda do Nascimento Arruda em 10 de abril de 1987:

— Mas, será que o fato de que o curso tinha os olhos voltados para a Administração Pública não encaminharia esses estudantes para a Ciência Política?
— Não. A questão da Ciência Política tem a ver com a mudança de 64. Quer dizer, o colapso dos sonhos da geração inteira. De repente todo mundo viu que a Sudene era bobagem, que o Ministério do Planejamento era uma bobagem, que dar aula em Brasília era bobagem, entende? Que tudo isso estava em colapso. Era uma geração inteira em colapso.⁵

Um dos efeitos da revolução foi a politização das ciências sociais, a busca de novos modelos explicativos que permitissem a compreensão das especificidades de um novo tempo histórico em que a política assumia tal relevância. Foi a oportunidade, ou a fatalidade de abandonar o país e conviver com outras concepções teóricas, incorporar técnicas e métodos de investigação gerados em sistemas universitários mais profissionalizados, vivenciar experiências acadêmicas bastante diversificadas, enfrentar diferentes padrões de concorrência intelectual, internacionalizar o intercâmbio cultural e acadêmico.

Cariocas e mineiros na constituição da Ciência Política no Brasil

O Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (DCP-UFMG) e o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), não por acaso os programas pioneiros de pós-graduação em Ciência Política, constituem, a nosso ver, o núcleo central de institucionalização da disciplina no Brasil. Foi um grupo de cientistas políticos vinculados a essas instituições que assumiu a liderança desse processo. Graduados e pós-graduados ao longo dos anos 60 e 70, essa geração de cientistas sociais inclui, segundo depoimentos dos próprios participantes, os seguintes nomes: Wanderley Guilherme dos Santos, Fábio Wanderley Reis, Bolívar Lamounier, Antonio Otávio Cintra, Simon Schwartzman, Amaury de Souza, Edmundo Campos Coelho, Eli Diniz, Olavo Brasil de Lima Jr., Renato Boschi, Teotônio dos Santos, Vinícius Caldeira Brandt, Herbert José de Souza, Ivan Ribeiro, Élcio Saraiva, Maurício Cadaval, o historiador José Murilo de Carvalho e o sociólogo Vilmar Faria.

Resumimos aqui a biografia intelectual das duas principais lideranças do grupo, na avaliação de seus próprios componentes, chamando a atenção para algumas convergências na trajetória intelectual desses dois cientistas políticos, partilhada, em linhas gerais, pelos demais membros do grupo.

Wanderley Guilherme dos Santos nasceu no Rio de Janeiro em 13 de outubro de 1935 e graduou-se em Filosofia na Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1958. Especializou-se em Problemas do Desenvolvimento Econômico no curso da CEPAL/BNDE em 1963 e foi professor do ISEB até a sua extinção violenta pela Revolução de 64. Tornou-se professor do Iuperj no ano seguinte e no fim da década ganhou uma bolsa da Fundação Ford para realizar seu doutoramento na Universidade de Stanford, onde defendeu a tese *The calculus of conflict: impasse in Brazilian politics and the crisis of 1964*. Foi professor visitante no Departamento de Ciência Política da Universidade de Wisconsin em 1974 e na Universidade de Stanford em 1980. Dirigiu o Iuperj durante alguns anos, foi presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) e atualmente dirige o Laboratório de Estudos Experimentais das Faculdades Integradas Cândido Mendes.

Fábio Wanderley Reis é mineiro e graduado no Curso de Sociologia e Política da Universidade Federal de Minas Gerais em 1959. Fez a pós-graduação na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) no início dos anos 60 e o curso da CEPAL/BNDE em 1964. Bolsista do convênio Ford-Minas, doutorou-se na Universidade de Harvard em 1974, com o trabalho *Political development and social class: Brazilian authoritarianism in perspective*. Leciona desde meados dos anos 60 no Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, da qual tornou-se professor titular em 1981, apresentando a tese *Política e racionalidade: problemas de teoria e método de uma sociologia "crítica" da política*, publicada em 1984 pela UFMG/PROED/RBEP e vencedora do Prêmio Anpocs 1985 de melhor obra científica. Chefiou durante muitos anos o Departamento de Ciência Política da UFMG, foi presidente da Anpocs e *fellow* do Helen Kellogg Institute for International Studies, University of Notre Dame, em 1983. Fábio é um dos poucos mineiros que não "emigrou" para outros centros intelectuais.

Vários traços comuns caracterizam a trajetória intelectual desse grupo de pesquisadores: a graduação no Curso de Sociologia e Política da Universidade Federal de Minas Gerais, a pós-graduação na FLACSO e nas grandes universidades americanas,⁶ o pertencimento a instituições patrocinadas pela Fundação Ford, a rejeição do marxismo como paradigma teórico, a militância política dos anos 60, a incorporação de modelos teóricos norte-americanos, mas acima de tudo o que unifica o grupo é a construção teórica da autonomia disciplinar da Ciência Política. Conceber a política como uma esfera autônoma da realidade social, com determinações próprias não subordinadas às esferas econômica, social ou cultural, foi a grande contribuição dos mineiros e cariocas.

Os vínculos entre as duas instituições foram bastante fortes, e na verdade o Iuperj foi o abrigo institucional de muitos mineiros após a falência do Curso de Sociologia e Política e as dificuldades de consolidação do DCP:

O Iuperj consegue estabelecer um programa com a Fundação Ford que envolvia mandar para os Estados Unidos 4 ou 5 pessoas. Já estavam lá o Amaury e o Wanderley Guilherme. Surgiu então a necessidade de o Iuperj trazer uma pessoa de volta para assumir a retaguarda e o Cândido Mendes me procurou nos Estados Unidos [...]. Foi uma revolução de jovens turcos estabelecer um programa de mestrado em Ciência Política. Fui para Belo Horizonte e trouxe o Simon, o Edmundo Campos Coelho, o Olavo e o Renato Boschi. O Murilo veio bem depois.⁷

Mas, o momento inicial de constituição do grupo foi o Curso de Sociologia e Política da UFMG, especialmente as turmas do período entre 1959 e 1964, que apresentava uma inovação importante em relação aos outros cursos de ciências sociais do país, ou seja: não estava inserido numa Faculdade de Filosofia, mas na Faculdade de Ciências Econômicas:

As diretrizes do projeto de criação da nova Faculdade de Ciências Econômicas não deixam margem a dúvidas: seu objetivo na área de Ciências Econômicas era formar economistas voltados para a macroeconomia, seguindo a

tendência francesa da época. Os cursos de Ciências Contábeis e Administração deveriam manter relação com empresas e entidades ligadas de alguma maneira à área, em especial a indústria. Aos formandos em Sociologia e Política e Administração Pública, a orientação era no sentido de assessorar o governo, dotando-o de profissionais especializados. (Arruda, 1989, p. 254)

A intenção manifesta era formar a elite da burocracia pública mineira, daí o peso dos cursos de Política, Administração e Economia, num equilíbrio curricular totalmente distinto do modelo dominante uspiano, centrado na Sociologia e voltado essencialmente para a formação de professores secundários. Além dessa especificidade, o curso propiciou aos alunos alto grau de profissionalização acadêmica e convívio universitário, pois concedia bolsas de estudo aos melhores e funcionava em tempo integral. A referência ao sistema de bolsas e a consciência de constituírem uma "elite acadêmica" é um dos *leit motifs* do discurso dos mineiros sobre suas origens:

[...] na verdade há que fazer uma distinção: o curso regular e a elite do curso que eram os alunos bolsistas, mais os professores jovens de tempo integral. Então essa integração era sobretudo no sistema de horário integral. Depois que acabava a parte da manhã, que eram as aulas, aí havia toda essa parte da tarde de intenso estudo, intensa conversa, produção, porque tanto os professores, como também os alunos, escreviam em jornal.[...] Então, eram alunos assim, atípicos, porque a gente tinha muita atividade, além da participação política no movimento católico, movimentos marxistas, depois a UNE.⁸

A experiência da internacionalização começa para os mineiros e cariocas com a realização do mestrado na FLACSO, no início dos anos 60. Criada no Chile em 1957, seu objetivo era constituir uma instituição regional de alto nível para a formação de cientistas sociais, com o patrocínio da UNESCO, OEA e CEPAL. A importância da FLACSO como influência intelectual é admitida pelos mineiros em geral, e especialmente por Antonio Otávio Cintra: "[...] Foi uma lavagem cerebral. [...] Muita sociologia norte-americana. Então nós voltamos realmente muito imbuídos

daquilo tudo. Sociologia, teorias de alcance médio, muito neopositivismo. Então, essa foi uma grande influência."⁹

Na volta da FLACSO, Fábio Wanderley, Antonio Otávio, Simon, Júlio Barbosa e outros passam a empenhar-se na criação do DCP, o que acaba se concretizando mediante um convênio com a Fundação Ford. Isso ocorre já depois da Revolução, que inviabilizou o Curso de Sociologia e Política, que acaba sendo transferido para a Faculdade de Filosofia. O DCP é pensado como uma continuidade, no nível de pós-graduação, daquele curso pioneiro. Faz parte do convênio o treinamento nos Estados Unidos, e no fim da década muitos deles partem para as mais prestigiosas universidades americanas com o objetivo de fazer o doutoramento.

Mas o DCP é uma estrutura institucional frágil, que não abre espaço para todos os mineiros, e muitos deles emigram para centros mais desenvolvidos, especialmente o IUPERJ:

Se a formação intelectual ofertada pelo curso fora dispersa e pouco consistente na área de Sociologia, onde predominava Gurvitch, espécie de vulgata sociológica, esses mineiros que se dirigiram ao exterior puderam completá-la fora. Percorreram, então, caminho semelhante ao das antigas gerações dos intelectuais da sua terra. A busca de novas paragens, todavia, afigura-se numa tentativa de tornar o sistema auto-reprodutível. A criação do Departamento de Ciência Política pode ser compreendida nesse caminho. O relativo insucesso da iniciativa explica-se em parte pela repressão desencadeada pelo golpe político de 1964 e pela anexação à Faculdade de Filosofia em 1968, e prende-se, principalmente, a problemas resultantes do descompasso do modelo frente à realidade concreta. Isto é, a iniciativa configura-se grandiosa para o ainda acanhado ambiente de Minas. (Arruda, 1989, p. 274)

Sobre a influência de Gurvitch no Curso de Sociologia e Política, há realmente unanimidade nos depoimentos dos mineiros. Embora a formação tivesse sido bastante eclética, todos se referem às leituras de Gurvitch. Isso pode ter sido uma primeira influência que predisps os jovens mineiros para uma ciência social ligada à pesquisa empírica e familiar

à dimensão institucional, dada a formação jurídica e a passagem de Gurvitch pelos Estados Unidos:

A third line that spread out in many directions was that of Georges Gurvitch. Born in 1894, he was about a decade older than other members of the 1930's generation, although he formulated many of his ideas with them. After studying law in Rússia, he emigrated to Prague (1921-1924) and then to France, becoming a French citizen in 1928. His works in the late 1920's grappled with German phenomenology, but in the 1930's he worked through the legacy of the Durkheimians; his earlier legal studies merged with the Durkheimian tradition of the sociology of law in a Doctorat d'Etat. After spending most of the war in New York, Gurvitch brought back a mild sympathy for empirical work, returning to Strasbourg (1945) and then the Sorbonne (1948) where, in keeping with the times, he focused on Marxian-inspired themes. He became one of the leading interpreters of the young Marx, and continued work on social class relationships and the sociology of knowledge; in both of these latter areas he combined Durkheimian themes as well as Theodor Geiger, Mannheim, and Georg Lukács. His work on social time drew on Halbwachs as well as Bergson. But despite influences from the French, like his counterpart Sorokin in América, he never became integrated into French sociology. (Clark, 1973, pp. 231-232)

O "politicismo" mineiro também se vincula à existência de uma longa tradição de pensamento e militância políticas, anterior à criação da Universidade, e que por sua vez estão relacionados com a especialização política das elites mineiras.¹⁰

Desde a Primeira República o Estado de Minas Gerais sempre se caracterizou pela forte presença política de suas elites, alternando-se com os paulistas na Presidência da República, ocupando cargos ministeriais e nos altos escalões da administração pública federal, assim como exercendo papel de liderança no Congresso Nacional, onde a bancada mineira sempre foi uma das mais numerosas e importantes. Essa presença mineira no cenário político brasileiro nem sempre foi correspondente ao efetivo peso

econômico do estado, e mesmo nos períodos de decadência econômica Minas conseguiu preservar sua força política. Talvez a própria debilidade econômica das elites mineiras (em comparação com São Paulo e, às vezes, o Rio Grande do Sul), o fato de se constituir na "periferia da periferia", tenha estimulado historicamente, como estratégia de sobrevivência, a militância política para garantir ao estado os mais variados dividendos. Na criação e consolidação da Universidade de Minas essa politização esteve presente: "Para implementar a federalização da universidade, a hierarquia acadêmica utilizou-se de um velho recurso, manejado com maestria pelas elites de Minas Gerais: a via política. O trâmite político que permitiu a federalização envolveu o senador do PSD Melo Viana, político de grande significado em Minas Gerais e que voltava à cena federal no período da democratização." (Arruda, 1989, p. 248).

Nesse ambiente fortemente impregnado pela política, nada mais natural que os intelectuais mineiros, e especialmente os cientistas sociais mineiros, tivessem uma especial sensibilidade e predileção pela política, e que sua obra refletisse essa tendência regional.

A inclinação para a política dos mineiros, que os transforma em atores importantes do processo de afirmação da Ciência Política brasileira, encontra eco na tradição intervencionista e militante das ciências sociais no Rio de Janeiro, imensamente marcada pela experiência isebiana. O intercâmbio e a comunicação fluem facilmente entre esses dois grupos de intelectuais ancorados numa concepção de ciências sociais na qual a esfera da política é extremamente valorizada.

Embora constituam gerações diferentes, e a crítica ao nacional-desenvolvimentismo isebiano seja uma das características da obra produzida pelos cientistas políticos que estamos analisando, indubitavelmente o ISEB é uma das referências intelectuais da qual partem os mineiros e cariocas. O jovem isebiano de esquerda no começo dos anos 60, Wanderley Guilherme dos Santos, torna-se posteriormente a principal liderança intelectual do Iuperj e um dos mais respeitados cientistas políticos do país.

As aproximações iniciais entre o grupo mineiro e o ISEB é clara no depoimento de Bolivar Lamounier: "Os nossos contatos intelectuais, que procuravam acentuar mais a análise política, eram no Rio de Janeiro. O eixo era Minas — Rio. As revistas de Minas, a *Brasileira de Estudos Políticos* e a *Brasileira de Ciências Sociais* tentavam publicar gente do país inteiro, mas quem atraía mais a atenção era o pessoal do ISEB. Como Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe, que tinham muito o que dizer enquanto cientistas políticos".¹¹

Porém, apesar das influências isebianas na fase inicial, o grupo mineiro/carioca tentou se afirmar e construir uma identidade intelectual própria enfrentando três correntes distintas do pensamento social brasileiro: a Escola Sociológica Paulista, o adversário principal; o ISEB, e a Ciência Política mineira tradicional, vinculada à Faculdade de Direito e liderada por Orlando de Carvalho. Nesse enfrentamento, a Ciência Política buscava se autonomizar simultaneamente da Sociologia e do Direito, e ao mesmo tempo invocava para si um estatuto de ciência na rejeição ao caráter "ideológico" da produção isebiana. Queremos dizer que a constituição de uma cara própria e uma presença específica da Ciência Política acadêmica significou, para esse grupo, confrontar essas três tradições anteriores das ciências sociais brasileiras. Manejando metodologias e técnicas de pesquisa da Ciência Política anglo-saxã, os mineiros e cariocas confrontam a tradição jurisdicista da geração mineira mais antiga e a ausência da política na produção paulista: "[...] no que diz respeito à tradição paulista, o aspecto principal a registrar é que o crescimento das ciências sociais se deu até certo ponto contra a Ciência Política, entendida como disciplina especial. [...] era visível a preocupação com a 'realidade' subjacente, contrapondo, tal como o fizera a geração anterior, o Brasil *real* ao Brasil *legal*, a infra à superestrutura, a vida social 'concreta' às 'meras formas político-institucionais'." (Lamounier, 1982, p. 417). A ambição do grupo mineiro/carioca é exatamente destacar a autonomia das "meras formas político-institucionais", que não são apenas reflexos da vida social e econômica.

A fragilidade da análise política em São Paulo originou-se da convergência de duas influências teóricas distintas,

ambas caracterizadas pela condição subordinada da esfera da política: a Sociologia francesa e o marxismo. Com ênfase em momentos diferentes, essas duas escolas de pensamento obstaculizaram o desenvolvimento da Ciência Política na USP até o fim dos anos 70.

A orientação dominante até meados dos anos 60, através da liderança intelectual de Florestan Fernandes, eram os ensinamentos da missão francesa que veio constituir o Departamento de Ciências Sociais da USP na década de 30. Embora alguns dos professores franceses fossem socialistas, a influência mais marcante está vinculada ao funcionalismo de Durkheim, conhecidamente avesso à Ciência Política:

Se é verdade que a Faculdade de Filosofia da USP cresceu sob a hegemonia francesa, não se pode esquecer que esta ascendência remontava a uma sociologia dos anos 20, momento em que a geração de professores que veio ao Brasil se formou. Período em que a escola durkheimiana é hegemônica e os estudos culturais florescem. Basta lembrarmos as obras de alguns colaboradores de Durkheim: Marcel Mauss — *Essay sur le don*; Bouglé — *Essay sur les castes*; Maurice Halbwachs — *La mémoire collective*. Com a fundação da *L'Année Sociologique*, os estudos de Durkheim se voltam sobretudo para a religião e os povos primitivos. Talvez por isso as temáticas que inauguram o pensamento sociológico acadêmico no Brasil tenham um quê de "francês", ou melhor, de "durkheimiano". Como na França, assuntos como Estado, classes trabalhadoras, poder, são desconsiderados em detrimento de objetos "mais culturais". (Ortiz, s/d., p. 5)¹²

No entanto, a partir de meados dos anos 60 os paradigmas franceses vão sendo abandonados e gradualmente se impõe o predomínio do marxismo, para o que muito contribuíram os "Seminários de Marx". Organizados por Fernando Henrique Cardoso e José Arthur Giannotti, esses seminários de leitura e debate da obra de Marx reuniram durante anos jovens professores de ciências sociais, História, Filosofia e Economia, dentre os quais Octávio Ianni, Juarez Brandão Lopes, Ruth Cardoso, Leôncio

Martins Rodrigues, Fernando Novais, Paulo Singer, Bento Prado Júnior e Roberto Schwarz.

A partir desse período, que também significa a ascensão dos herdeiros de Florestan Fernandes na hierarquia acadêmica, o marxismo passa a comandar o desenvolvimento da Escola Sociológica Paulista, e dada a antiguidade e maior consolidação das ciências sociais em São Paulo, a influenciar de maneira geral o pensamento social brasileiro.

Juntamente com a entronização do marxismo como paradigma teórico dominante impõe-se a tendência crescente de explicar o desenvolvimento histórico-social brasileiro a partir de categorias econômicas, utilizando abusivamente das determinações infra-estruturais, das necessidades do processo de acumulação capitalista, que acabaram redundando, em muitos casos, num reducionismo economicista no qual não havia espaço para a política:

[...] a dissolução dos atores sociais e da questão política é inerente a esse hiperfuncionalismo marxista. Esses autores podem eventualmente manifestar a maior preocupação para com as classes sociais. Em matéria de classes sociais encontramos apenas posições abstratas deduzidas das "necessidades do processo de acumulação". O triunfo desse marxismo não é próprio apenas do Brasil. Ele também conheceu sua hora nas margens do Sena. (Pécaut, 1989, p. 267; tradução nossa)

A esfera política tende a se transformar em epifenômeno das transformações econômicas na Teoria da Dependência, uma das mais elaboradas tentativas de explicação da modernização capitalista no Brasil, gerada com a contribuição importante de lideranças intelectuais da Escola Sociológica Paulista:

[...] se a teoria da dependência pretendia restaurar a importância das interações políticas dos diversos grupos sociais (ou somente dos grupos dirigentes?), ela deixava de fato paradoxalmente na sombra tudo aquilo que tinha o caráter de reconhecimento da especificidade do político. Ela só concedia valor explicativo aos "interesses" de classes

ou frações de classes, como se o político se resumisse às suas expressões diretas. Ela usava e abusava das determinações "estruturais". (Pécaut, 1989, p. 225; tradução nossa)

Na USP se acumulam, portanto, duas tradições intelectuais convergentes na subordinação dos fenômenos políticos a outras esferas da sociedade, e a relegação teórica do político teve implicações práticas na configuração débil da área de Ciência Política dentro do Departamento de Ciências Sociais até os anos 70.

Nos anos 60 a área contava com poucos professores, com um número reduzido de cursos, centrados principalmente em temas ligados à história das idéias políticas. O fortalecimento da área a partir dos anos 70 vincula-se ao processo de expansão da pós-graduação. Além das motivações teóricas, a debilidade da área de política na USP nesse período se deve, indubitavelmente, ao peso da liderança do sociólogo Florestan Fernandes, que carregava para a Sociologia os maiores recursos e os melhores quadros da então reduzida comunidade de cientistas sociais.

Assim como no passado a escola paulista invocara para si padrões de análise científica para marcar sua diferença em relação ao estilo ensaísta, militante e "ideológico" do ISEB, a partir de meados dos anos 60 são os mineiros e cariocas que invocam novos padrões científicos para se distanciar do estilo uspiano, calcado freqüentemente em longos ensaios histórico-conceituais e carentes de embasamento empírico e formalizações lógico-matemáticas, que os novos politicólogos tentam introduzir apoiados na Ciência Política norte-americana.

A geração responsável pela afirmação científica e pela autonomia da política teve, portanto, um comportamento semelhante ao dos jovens sociólogos da USP quando se empenharam na afirmação da Sociologia como ciência, ou seja, também se empenharam na implantação de novos modelos teóricos que dessem suporte à produção de conhecimento especializado e acadêmico sobre a política.

Várias polêmicas marcaram o relacionamento tenso entre o grupo mineiro/carioca e os paulistas, duas delas envolvendo Fábio Wanderley Reis, que polemizou com Giannotti acerca da dialética e criticou os pressupostos metodológicos dos trabalhos de Weffort sobre o populismo. Frequentemente o alvo da crítica dos cariocas e mineiros foi o reducionismo economicista da produção uspiana e o descuido com a pesquisa:

[...] ou, o que é pior ainda, produz este marxismo de segunda classe investigações efetivas, sobre processos reais, em que a qualidade artesanal da pesquisa é lastimável. É como se o zelo conceitual dispensasse maior apuro na investigação efetiva, estando assegurada a validade das conclusões pela veracidade cristalina dos conceitos preliminares. (Santos, 1980, p. 25)

Evidentemente, esse acirrado debate de idéias se insere na árdua competição acadêmica e significa disputa por hegemonia intelectual, que se traduz frequentemente no controle de espaços institucionais e melhores condições materiais de realização do trabalho científico, especialmente difícil nos países periféricos e nas áreas científicas menos valorizadas, como são as "humanidades". Na avaliação de Bolívar Lamounier, por volta dos anos 70 "eu pessoalmente já dava a batalha intelectual como vencida, já não havia aquela resistência obscurantista à pesquisa, à estatística, à bibliografia em inglês, porque tinha gente da USP que tremia de ódio só de ver um texto em inglês.[...] para mim o significado biográfico-intelectual desses 20 anos foi estabelecer a pluralidade do meio acadêmico brasileiro, que não existia na minha época e na minha experiência prática".¹³

A outra frente de batalha do grupo mineiro foi combater o jurisdicismo tradicional da Ciência Política implantada na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, liderada por Orlando de Carvalho e veiculada na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Aqui a política não era relegada, mas era concebida por um ângulo jurídico e presidida por uma visão de mundo conservadora:

O núcleo central da Revista possuía uma identidade profissional, intelectual e política bastante nítida e parece ter articulado e mobilizado um conjunto mais amplo com um perfil semelhante. De fato, todos os membros do Conselho eram juristas de formação, em sua maioria tiveram alguma experiência política seja no executivo, seja no legislativo, e poderiam ser considerados liberais de centro, tendo-se vinculado a partidos conservadores (UDN ou PSD). (Almeida, 1987, pp. 45-46)

As relações intelectuais entre essa geração de cientistas políticos e o grupo da *RBEP* foram complexas porque, ao mesmo tempo em que incorporaram suas temáticas, especialmente os estudos eleitorais, e encontraram afinidades na preocupação comum de erigir uma ciência da política, divergiam profundamente tanto no plano ideológico quanto metodológico: "Havia uma Ciência Política muito importante para os padrões da época se desenvolvendo na esfera do Orlando de Carvalho e dos juristas. Mas nós não reconhecíamos isso como legítimo. Nós víamos nisso um certo udenismo, um certo formalismo. Nós identificávamos aquilo com a direita, com a UDN, com os juristas e rejeitávamos".¹⁴

Os novos e os antigos mineiros viveram um conflito de gerações marcado simultaneamente pela rejeição/aproximação, e na mesma entrevista acima citada (pp. 45-46) Bolívar Lamounier reconhece a existência de um conflito pela delimitação de espaços acadêmicos próprios:

[...] o Orlando era um poder universitário, ele era o cacique universitário da Faculdade de Direito. Se ao invés de o comando desse processo estar com o Fábio ou com o Antonio Otávio estivesse com o Orlando, a Ciência Política de Minas seria de advogados muito mais do que de cientistas políticos. Então, nesse ponto eu concordaria que há uma luta por espaço. No momento em que esse grupo venceu a luta, ele venceu sem retirar do adversário os seus instrumentos. O Orlando passou a conviver e bem. Todo o pessoal publica na *RBEP*, eu convidei o Orlando várias vezes para conferências, e eu pessoalmente fiz um reexame da crítica ao formalismo jurisdicista e cheguei à conclusão

de que nós estávamos errados, em metade das discussões eu acho que perdemos um tempo bastante grande combatendo moinhos de vento.

O ISEB foi outra referência intelectual importante para cariocas e mineiros, principalmente no período da graduação. Um dos mentores do Curso de Sociologia e Política e principais idealizadores da *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Júlio Barbosa, foi um dos responsáveis pelos contatos com a instituição carioca, onde lecionou depois do cisma que determinou a saída de Hélio Jaguaribe e, em seguida, de Guerreiro Ramos: "Do ponto de vista temático, a característica saliente da revista manifesta-se na preocupação com os problemas do desenvolvimento, representados em artigos e documentos originários da CEPAL e do ISEB, ou em trabalhos produzidos por intelectuais estrangeiros e brasileiros da mesma orientação." (Arruda, 1989, p. 277).

A influência iseibiana no período formativo é afirmada pelo grupo mineiro/carioca em geral e salientada por Vilmar Faria: "Eu vim a ler a produção sociológica da USP depois que eu saí de Belo Horizonte. Eu sabia que existia, mas não era algo que constituísse a formação cotidiana nossa por lá. Eu diria mesmo, sob pena de estar fazendo geral uma coisa que talvez seja particular, que pessoalmente o ISEB foi mais influente na minha formação nesse momento do que a produção na USP".¹⁵

Influência formadora, sem dúvida. Mas, posteriormente os criadores da Ciência Política se empenharam na crítica do caráter extracientífico, normativo e ideológico da produção iseibiana, sendo essa crítica uma das formas de afirmação de sua própria especificidade como abordagem pautada por critérios mais acadêmicos e menos diretamente vinculados à militância política.

Conclusão

O grupo mineiro e carioca realiza no Brasil a delimitação de um objeto próprio da Ciência Política e a afirmação da

autonomia dessa dimensão da totalidade social. A principal contribuição desses intelectuais é explicar os fenômenos da vida política não como reflexos, conseqüências, derivações de outras esferas da realidade social, mas como uma instância específica interagindo com a economia, a sociedade e a cultura.

O que se passa no plano da política não é imediatamente perceptível *através* dos fatos sociais e econômicos. As transformações da sociedade e do sistema econômico podem também ser determinadas por dinâmismos próprios da vida política. Elucidar os nexos que vinculam essas esferas é a grande questão das ciências sociais.

Quanto aos métodos, a análise da obra desse grupo permite perceber a diversidade e o pluralismo. Os mineiros e cariocas não têm um paradigma teórico comum e não constituem uma escola de pensamento no sentido estrito do termo. Mas, são todos críticos do marxismo dominante nas ciências sociais brasileiras nos anos 60 e 70. Sem ser empiristas, ou funcionalistas, como freqüentemente são caracterizados, eles se notabilizam pela preocupação em coletar evidências empíricas e históricas que suportem a explicação científica.

Utilizam fartamente a História na elucidação dos fenômenos políticos mas sem derivar de modelos macro-históricos previamente construídos as características específicas do desenvolvimento brasileiro. Têm em comum uma obra colada à agenda política, que responde e dialoga o tempo todo com os desafios colocados pelo seu tempo histórico.

Divergem entre si e se envolveram em várias polêmicas, mas são companheiros na construção da autonomia da esfera política e na valorização das formas político-institucionais. Assim como anteriormente predominava o economicismo, sua geração introduziu uma abordagem "politicista", às vezes extremada.

A ênfase exagerada no politicismo tem sido apontada por participantes dessa geração. Ao analisar conjuntamente o doutoramento de três cientistas políticos (Souza, 1976;

Santos, 1979; Lima Jr., 1980), Fábio Wanderley Reis diz o seguinte:

Os trabalhos de Souza, Lima Jr. e Santos têm em comum o fato de privilegiarem, como se disse, o plano institucional. De maneira mais ou menos reiterada, essa abordagem é também formulada, por todos eles, em termos de se dar a ênfase apropriada aos fatores ou variáveis *políticos* na explicação da história brasileira recente, por contraposição à dimensão estrutural, aos processos sociais, socioeconômicos, sociopsicológicos etc... Parte da contribuição que cada um deles pretende estar trazendo (com maiores ou menores qualificações ou reservas relativamente à articulação dos diferentes planos que se podem assim distinguir) tem a ver precisamente com a proposta de uma postura metodológica que se apresenta como alternativa um tanto especial, em certa medida, pela ênfase dada ao "político". [...] Naturalmente, essa questão remete, no fundo, ao problema de uma adequada conceituação do político, que redundaria em esclarecer suas relações com outras esferas. Tal problema será retomado rapidamente, adiante, de uma perspectiva um tanto especial. Parece apropriado indicar aqui, contudo, o que teria havido de falta total de clareza e conseqüentemente de abuso relativamente à idéia de "autonomia do político". (Reis, 1985, pp. 108-109 e 113)

Alguns mais, outros menos, todos esses autores se ocupam com a autonomia do político e variam as formas de articulá-lo com as outras instâncias da sociedade. Pode-se dizer que no interior do próprio grupo surgiu uma reação que tenta ultrapassar o politicismo, ou seja, incorporar a contribuição positiva que ele efetivamente trouxe, afastando os exageros do economicismo reinante e trazendo a dimensão específica da política para a luz do sol, e dar um passo além. É o caso, por exemplo, de Bolívar Lamounier, que resgata a dimensão política da análise sem cair nos extremos do politicismo. Sua obra relativa ao comportamento eleitoral recupera os determinantes econômico-sociais das práticas políticas sem o antigo simplismo. Resumindo suas constatações mais gerais, percebemos como sua obra retoma e qualifica uma idéia antiga e clássica na Ciência Política, mas que vinha sendo negada para o caso brasileiro,

de que há uma correspondência entre o voto e as condições socioeconômicas do eleitor.

A mesma atitude de repúdio aos modos de explicação baseados no economicismo marxista está presente na obra de outro mineiro ambientado no Rio, José Murilo de Carvalho. Recusando a perspectiva tradicional que busca nas origens de classe a explicação para o comportamento político dos militares, tema especialmente relevante quando se trata de política brasileira, José Murilo propõe uma perspectiva teórica que incorpora os aspectos organizacionais aos aspectos sociais mais amplos para compreender o comportamento político das Forças Armadas.

A perspectiva organizacional e o repúdio da explicação classista é ainda mais reiterada no livro de Edmundo Campos Coelho, *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira* (Coelho, 1976).

Embora haja uma variação no grau de autonomia atribuído aos fenômenos políticos, todos os integrantes da geração que estudamos batalharam para enfatizar essa autonomia e descolar a explicação política dos determinantes econômicos e sociais.

Os temas dominantes da obra produzida por eles relacionam-se à questão do Estado, dos partidos políticos, dos processos eleitorais, do pensamento político e do autoritarismo no Brasil, podendo-se, portanto, afirmar a existência de um leque temático comum, embora não haja um só paradigma teórico compartilhado por todos os integrantes do grupo.

Não existe paradigma teórico comum, mas todos eles rejeitam o marxismo e quase todos estabeleceram polêmicas com a Escola Sociológica Paulista. A crítica e o confronto com essa corrente das ciências sociais brasileiras constituíram uma das formas essenciais de afirmação da Ciência Política proposta por essa geração de cariocas e mineiros.

NOTAS

1 A obra citada, organizada por Sergio Miceli, constitui importante referência bibliográfica sobre a história das ciências sociais no Brasil, do ponto de vista institucional, no período 1930-64. Além das experiências pioneiras mencionadas, o livro inclui a análise dos casos mineiro e pernambucano, da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, assim como das principais revistas e editoras dedicadas às humanidades. São abordadas também as influências intelectuais francesas e norte-americanas e a gênese dos museus brasileiros.

2 Ver a esse respeito Lipset (1969).

3 Ver Lamounier (1982).

4 Palestra de Vilmar Faria, A Sociologia no Brasil, mimeo, s/d., p. 27.

5 Entrevista concedida por Bolivar Lamounier a Maria Arminda do Nascimento Arruda em 10/4/1987. Idesp, mimeo, p. 22.

6 Wanderley Guilherme dos Santos fez o doutorado na Universidade de Stanford; Fábio Wanderley Reis na Universidade de Harvard; Antonio Otávio Cintra no MIT; Simon Schwartzman na Universidade de Berkeley; Bolivar Lamounier na Universidade da Califórnia-Los Angeles; Vilmar Faria na Universidade de Harvard.

7 Entrevista que Bolivar Lamounier me concedeu em 9/5/1989. Idesp, mimeo, pp. 19-20.

8 Entrevista concedida por Antonio Otávio Cintra a Maria Arminda do Nascimento Arruda em Brasília, 24/7/1987. Idesp, mimeo, pp. 2-3.

9 Entrevista de Antonio Otávio Cintra, *op.cit.*, p. 6.

10 Sobre essa questão consultar Wirth (1982).

11 Ver entrevista de Bolivar Lamounier, 1989, *op.cit.*, p. 6.

12 Sobre a Sociologia francesa e a influência duradoura de Durkheim consultar Clark (1973) e Lemert (1981).

13 Entrevista concedida à autora por Bolivar Lamounier, *op.cit.*, p. 31.

14 Entrevista de Bolivar Lamounier, *op.cit.* p. 5.

15 Palestra de Vilmar Faria, *op. cit.*, p. 15.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. (1987), A Revista Brasileira de Estudos Políticos. São Paulo, Idesp, mimeo.

_____. (1989a), "Dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro", in Sergio Miceli (org.), *História das ciências sociais no Brasil*, São Paulo, Idesp/Vértice/Finep.

_____. (1989b), Avaliação e perspectivas 1989: Ciência Política. São Paulo, CNPq/Idesp.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. (1986), *Mitologia da mineiridade: imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo, USP, mimeo.

_____. (1989), "A modernidade possível: cientistas e ciências sociais em Minas Gerais", in Sergio Miceli (org.), *História das ciências sociais no Brasil*, São Paulo, Idesp/Vértice/Finep.

CARDOSO, Fernando Henrique. (1970), *Dependência e desenvolvimento na América Latina. Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar.

CARDOSO, Fernando Henrique e LAMOUNIER, Bolivar. (1978), "A bibliografia de Ciência Política sobre o Brasil (1949-1974)". *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 18.

- CARDOSO, Fernando Henrique *et al.* (1987), *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CARVALHO, José Murilo de. (1977), "As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador", in Boris Fausto (org.), *O Brasil republicano III (sociedade e instituições), História geral da civilização brasileira*, Rio de Janeiro, Difel.
- _____. (1987), *Os bestializados - O Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras.
- CINTRA, Antonio Otávio. (1966), "Sociologia e ciência". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, UFMG, 4, 1.
- _____. (1968), "Os partidos políticos em Belo Horizonte". *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 5.
- _____. "A política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre o centro e a periferia". *Cadernos DCP*, 1.
- CLARK, Terry N. (1973), *Prophets and patrons: the French University and the emergency of social sciences*. Cambridge, Harvard University Press.
- COELHO, Edmundo Campos. (1976), *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária.
- COSTA PINTO, Luiz e CARNEIRO, Edison. (1955), *As ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, CAPES.
- CUNHA, Luiz Antonio Rodrigues da. (1980), *A universidade temporã: o ensino superior da Colônia à era Vargas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- DINIZ, Eli. (1978), *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- EASTON, David. (1968), *Uma teoria de análise política*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. (1970), *Modalidades de análise política*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. (1982), "O sistema político sitiado pelo Estado", in Bolívar Lamounier (org.), *A Ciência Política nos anos 80*, Brasília, Editora da UnB.
- FERNANDES, Florestan. (1958), *A Etnologia e a Sociologia no Brasil*. São Paulo, Anhembi.
- _____. (1980), *A Sociologia no Brasil (contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento)*. 2ª edição, Petrópolis, Vozes.
- FINIFTER, Ada (org.). (1983), *Political Science: the state of the discipline*. Washington, DC, The American Political Science Association.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. (1979), "De como a 'autonomia do político' aprisionou os cientistas sociais brasileiros". *Cadernos de Opinião*, 14.
- _____. (1989a), "Cientistas e militares no desenvolvimento do CNPq (1950-1985)". *BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, 28.
- _____. (1989b), "As Ciências Sociais na FAPESP". *Textos IDESP, Série História das Ciências Sociais*, 10.
- IANNI, Octávio. (1975), *Sociologia e sociedade no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega.
- LAMOUNIER, Bolívar. (1975), "Comportamento eleitoral em São Paulo: passado e presente", in Bolívar Lamounier e Fernando Henrique Cardoso, *Os partidos e as eleições no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. (1977), "Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República, uma interpretação", in Boris Fausto (org.), *O Brasil republicano II, 1889-1930 (sociedade e instituições), História geral da civilização brasileira*, Rio de Janeiro/São Paulo, Difel.

_____. (1978), "Presidente Prudente: o crescimento da oposição num reduto arenista", in Fábio Wanderley Reis (org.), *Os partidos e o regime. A lógica do processo eleitoral brasileiro*, São Paulo, Símbolo.

_____. (1980), "O voto em São Paulo, 1970-1978", in Bolivar Lamounier (org.), *Voto de desconfiança. Eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979*, Petrópolis, Vozes/Cebrap.

_____. (1981), "Representação política: a importância de certos formalismos", in Bolivar Lamounier et al., *Direito, cidadania e participação*, São Paulo, T.A. Queiroz.

_____. (1982), "A Ciência Política no Brasil: roteiro para um balanço crítico", in Bolivar Lamounier (org.), *A Ciência Política nos anos 80*, Brasília, Editora da UnB.

_____. (1986), *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro (com a colaboração de Rachel Meneguello)*. São Paulo, Textos IDESP, mimeo.

_____. (1988), "Authoritarian Brazil revisitado: o impacto das eleições na abertura política brasileira", in Alfred Stepan (org.), *Democratizando o Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____. (1990a), "Antecedentes, riscos e possibilidades do governo Collor", in Bolivar Lamounier (org.), *De Geisel a Collor: o balanço da transição*, São Paulo, Sumaré/CNPq.

_____. (1990b), *Partidos e utopias: o Brasil no limiar dos anos 90*. São Paulo, Loyola.

_____. (1990c), "Cem anos de eleições presidenciais". *Textos IDESP*, 36.

LAMOUNIER, Bolivar e FARIA, José Eduardo (orgs.). (1981), *O futuro da abertura: um debate*. São Paulo, Cortez/Idesp.

LAMOUNIER, Bolivar e MOURA, Alkimar R. (1986), "Economic policy and political opening in Brazil", in J. Hartlyn e S. Morley, *Latin American political economy: financial crisis and political change*, Boulder, CO, Westview Press.

LEMERT, Charles. (1981), *French Sociology (rupture and renewal since 1968)*. Nova York, Columbia University Press.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. (1980), *The Brazilian multy-party system: a case for contextual political rationality*. Michigan University, mimeo.

LIPSET, Seymour Martin. (1969), *Politics and the social sciences*. Nova York, Oxford University Press.

LOYO, Aurora. (1982), "Ciência Política e sociedade no México, 1951-1981", in Bolivar Lamounier (org.), *A Ciência Política nos anos 80*, Brasília, Editora da UnB.

MICELI, Sergio (org.). (1989), *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Idesp/Vértice/Finep.

_____. (1990), *A desilusão americana. Relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo, Sumaré/Idesp.

MOREL, Regina Lucia Novaes. (1979), *Ciência e Estado: a política científica no Brasil*. São Paulo, T.A. Queiroz.

MOURA CASTRO, Cláudio. (1986), *Ciência e universidade*. Rio de Janeiro, Zahar.

OLIVEIRA, João Batista Araújo e. (1985), *Ilhas de competência: carreiras científicas no Brasil*. São Paulo, Brasiliense/CNPq.

OLSON JUNIOR., Mancur. (1965), *The logic of collective action*. Cambridge, Cambridge University Press.

ORTIZ, Renato. (1985), *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo. Brasiliense.

_____. (1989), *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo, Brasiliense.

- _____. (s/d), *Impressões sobre as ciências sociais no Brasil*. São Paulo, mimeo.
- PÉCAUT, Daniel. (1989), *Entre le peuple et la nation: les intellectuels et la politique au Brésil*. Paris, Fondation de la Maison des Sciences de L'Homme.
- RAE, Douglas. (1971), *The political consequences of electoral laws*. New Haven, Yale University Press.
- RAE, Douglas e TAYLOR, Michael. (1970), *The analysis of political cleavages*. New Haven, Yale University Press.
- REIS, Fábio Wanderley. (1966), "A propósito de ciência e dialética". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, UFMG, 4, 1.
- _____. (1975), "As eleições em Minas Gerais", in Fernando Henrique Cardoso e Bolivar Lamounier (orgs.), *Os partidos e as eleições no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. (1978), *Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo, Símbolo.
- _____. (1982), "Mudança, racionalidade e política: problemas básicos de teoria e método na ciência sócio-política contemporânea", in Bolivar Lamounier (org.), *A Ciência Política nos anos 80*, Brasília, Editora da UnB.
- _____. (1983), "O eleitorado, os partidos e o regime autoritário brasileiro", in Maria Hermínia Tavares de Almeida e Bernardo Sorj (orgs.), *Sociedade e política no Brasil pós-64*, São Paulo, Brasiliense.
- _____. (1984), *Política e racionalidade: problemas de teoria e método de uma sociologia crítica da política*. Belo Horizonte, UFMG/PROED/RBEP.
- _____. (1985a), "A delimitação do 'político' nos trabalhos sobre partidos, eleições e crise institucional", in *Estado, participação política e democracia*, Brasília/São Paulo, CNPq/Anpocs, Série Ciências Sociais Hoje, 3.
- _____. (1985b), "Mudança política no Brasil: aberturas, perspectivas e miragens". *Cadernos DCP*, 7.
- RINGER, Fritz K. (1969), *The decline of german mandarins: the german academic community, 1890-1993*. Massachusetts, Harvard University Press.
- ROUQUIÉ, Alain; LAMOUNIER, Bolivar e SCHVARZER, Jorge (orgs.). (1985), *Como renascem as democracias*. São Paulo, Brasiliense.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1962), *Quem dará o golpe no Brasil?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____. (1963a), *Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, ISEB.
- _____. (1963b), *Reforma e contra-reforma*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- _____. (1967a), *Dialética e ciências sociais*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. (1967b), "Estudos sobre a teoria da demonstração: a teoria de agressão de Johan Galtung". *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 2, 3.
- _____. (1967c), "A imaginação político-social brasileira". *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 2, 3.
- _____. (1971), "Eleição, representação, política substantiva". *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 8.
- _____. (1978a), *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo, Duas Cidades.
- _____. (1978b), *Poder e política (crônica do autoritarismo brasileiro)*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária.
- _____. (1979a), *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro, Campus.

_____. (1979b), *The calculus of conflict: impasse in Brazilian politics and the crisis of 1964*. PhD Dissertation, Stanford University.

_____. (1980), "A Ciência Política na América Latina". *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 23, 1.

_____. (1981), "Reflexões sobre o liberalismo", in Bolivar Lamounier *et al.*, *Direito, cidadania e participação*, São Paulo, T.A. Queiroz.

_____. (1982), "Um novo paradoxo mandevilliano: virtudes políticas, vícios econômicos - uma breve discussão", in Bolivar Lamounier (org.), *A Ciência Política nos anos 80*, Brasília, Editora da UnB.

_____. (1984), *Kantianas brasileiras. A dual ética da razão política nacional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____. (1986), *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo, Vértice.

_____. (1987a), *Crise e castigo (partidos e gerais na política brasileira)*. Rio de Janeiro, Vértice/Iuperj.

_____. (1987b), *Política social e combate à pobreza*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

_____. (1988), "Quem dará o golpe no Brasil", in Nanci Valadares de Carvalho, *Trilogia do terror. A implantação: 1964*, Rio de Janeiro, Vértice/Editora Revista dos Tribunais.

_____. (1990), *Discurso sobre o objeto (uma poética do social)*. São Paulo, Companhia das Letras/Secretaria de Estado da Cultura.

SARTORI, Giovanni (1972), "Da sociologia da política à sociologia política", in Seymour M. Lipset, *Política e ciências sociais*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

SCHWARTZMAN, Simon. (1971), "O dom da eterna juventude". *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 8.

_____. (1973), *São Paulo e o Estado nacional*. São Paulo, Difel.

_____. (1978), "Universidade, ciência e desenvolvimento". *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 19.

_____. (1979), *Formação da comunidade científica no Brasil*. Rio de Janeiro, Finep/Companhia Editora Nacional.

_____(org.). (1982a), *Universidade e instituições científicas no Rio de Janeiro*. Brasília, CNPq.

_____. (1982b), *As bases do autoritarismo brasileiro*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Campus.

SCHWARTZMAN, Simon *et al.* (1984), *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra/Edusp.

_____. (1986), *Pesquisa universitária em questão*. São Paulo, Ícone/Unicamp.

SOUZA, Amaury de. (1976), The nature of corporatist representation: leaders and members of organized labor in Brazil. Boston, MIT, mimeo.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. (1976), *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo, Alfa-Ômega.

VEIGA, Laura da. (1987), A trajetória de uma geração de cientistas sociais em Belo Horizonte: imagens de anos nem sempre dourados. 3.º Congresso Nacional de Sociologia, Brasília, julho.

WIRTH, John. (1982), *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

* Este artigo é um dos produtos do projeto de pesquisa História das Ciências Sociais no Brasil, desenvolvido no Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de

São Paulo (Idesp) entre 1987 e 1990, sob a coordenação do professor Sergio Miceli, e do qual participei desde 1989. As entrevistas e a coleta de dados foram realizadas nessa época, com intenso debate com a equipe de pesquisa. Porém, a redação do texto é posterior e aconteceu na solidão de um programa de pós-doutoramento na Universidade de Yale, onde meu único interlocutor foi a historiadora Emília Viotti da Costa. Sou, assim, a única responsável pelos pontos de vista e as opiniões emitidas no artigo.